

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para fornecimento eventual de Materiais de Construção para o Município de Tarumã.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para fornecimento eventual de Material de Construção para o Município de Tarumã, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SEQ	QTDE	UNID.	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
1	500	PT	002.09.01536	Abraçadeira de Nylon 2.5mmX100mm Preta com 100 Peças
2	500	PT	002.09.01537	Abraçadeira de Nylon 2.5mmX200mm Preta com 100 Peças.
3	500	PT	002.09.01541	Abraçadeira de Nylon 4.8mmX200mm Preta com 100 Peças.
4	300	PT	078.06.00019	ABRAÇADEIRA DE NYLON 3,6MMX150MM PRETA COM 100 PEÇAS.
5	450	KG	095.01.00007	ARAME GALVANIZADO LISO COM DIAMETRO DE 12 MM
6	250	KG	095.01.00005	ARAME; RECOZIDO; NUMERO BWG 16, COM RESISTENCIA A TRACAO DE 40KGF POR MILIMETRO QUADRADO; COM DIAMETRO DE 1,65MM, FIO UNICO; MASSA NOMINAL DE 0,016KG POR METRO; CONFORME NORMA ABNT/NBR 5589/82;
7	50	UN	043.06.00066	ADAPTADOR CINZA 3/4"
8	30	UN	043.02.00028	ADAPTADOR COM FLANGE MR 3/4
9	30	UN	002.09.01091	ADAPTADOR FLANGE 50
10	30	UN	002.09.01178	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO - 1.1/2"
11	30	UN	043.06.00067-	ANEL PARA VEDAÇÃO.(ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACVIA

			2	SANITÁRIA
12	10	UN	013.12.00003	ALICATE UNIVERSAL,8", ISOLAMENTO ATE 1000V EM PVC COM ABAS PROTETORAS PARA MAIOR PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA ACIDENTES ; ARTICULAÇÃO SUAVE; FACILITANDO O USO E PROPORCIONANDO MENOS ESFORÇO; POSSUI CORTE LATERAL PARA PREGOS E ARAMES; FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO; MEDINDA: 8 POLEGADAS
13	1.000	PÇ	003.16.01669	ARRUELA, TIPO LISA, BITOLA 1/4" COM REVESTIMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO ELETROLÍTICO (ZINCADO) BRANCO, CONFORME NORMA ASTM B633 TIPO I
14	323	Ton	002.01.00044	AREIA; FINA; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. NOCIVO IGUAL A 1,5%; C/LIMITE DE PORCENTAGEM DE MAT. CARBONOSOS IGUAL A 1%; C/LIMITE DE % DE MAT. PULVERULENTOS IGUAL A 5%; A AREIA SERA FORNECIDA C/NOME DO PRODUTOR, VOL.AP., AGUA DOCE
15	191,65	Ton	002.01.00041	AREIA GROSSA; COMPOSTO DE AREIA NATURAL; C/ % EM PESO NAS PENEIRAS 6,3 MM (0 A 7%), 1,2MM(30 A 70%), 0,15MM(90 A 100%); COM MODULO DE FINURA DE 1,99; COM LIMITE DE % DE TORROES DE ARGILA IGUAL A 1,5%; COM LIMITE DE MATERIAL CARBONATICO IGUAL A 0,5% (CONCRETO APAR.) E 1% (DEMAIS CONCRETOS); C/LIMITE DE MAT.PULV. EM CONC.SUBMETIDO A DESGASTE SUPERFICIAL DE 3% E DEMAIS CONCRETOS DE 5%; COMPOSTO DE GRAOS
16	500	UN	078.06.00045	BUCHA DE FIXACAO Nº 06
17	500	UN	078.03.00002	BUCHA C/ PARAFUSO; DE FERRO, CABECA SEXTAVADA; COM DIAMETRO DE 10MM; MEDINDO 50MM; COM BUCHA DE NYLON; NUMERO S14;
18	300	UN	002.08.01866	BUCHA PARA PARAFUSO; DE NYLON, PARA CONCRETO E ALVENARIA; TAMANHO S6; COR CINZA; COM ANEL (ABA); CONFORME NORMA NBR/ABNT VIGENTES;
19	300	UN	002.09.01513	BUCHA DE NYLON COM ANEL COM PARAFUSO SEXTAVADO 6MM

20	50	UN	083.05.00176	BRAÇADEIRA DE METAL 3/4, COM PARAFUSO
21	50	UN	083.05.00177	BRAÇADEIRA DE METAL 1/2, COM PARAFUSO
22	300	BR	095.02.00018	BARRA MACICA METAIS FERROSOS; DE AÇO TIPO CA-50; NO FORMATO SECAO CIRCULAR (REDONDA); DO TIPO VERGALHAO; MEDINDO 5/16" DE DIAMETRO; DEVENDO SER ENTREGUE COM ACABAMENTO NERVURADO; PARA SER UTILIZADA EM CONFORME NORMA NBR/ABNT 7480;
23	200	BR	095.02.00047	BARRA MACICA METAIS FERROSOS; DE AÇO TIPO CA-50; NO FORMATO SECAO CIRCULAR (REDONDA); DO TIPO VERGALHAO; MEDINDO 3/8" DE DIAMETRO; DEVENDO SER ENTREGUE COM ACABAMENTO NERVURADO; PARA SER UTILIZADA EM CONFORME NORMA NBR/ABNT 7480;
24	210	BR	095.02.00049	BARRA DE AÇO TIPO VERGALHÃO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, CA 50 - 4/2 - BARRA 6 MTS
25	50	BR	095.02.00021	BARRA DE AÇO PARA CONSTRUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL 1/2".
26	10.000	UN	002.02.00001	BLOCO CERAMICO DE VEDACAO; MEDINDO 9 X 19 X 19 CM (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO); TIPO BLOCO PARA VEDACAO, TIPO BAIANO; 08 FUROS; USO EM CONSTRUCAO, USO REVESTIDO; CONFORME CONFORME NBR15270-1;
27	5.000	UN	002.02.00003	BLOCO CERAMICO DE VEDACAO; 09 X 14 X 19 (LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO); TIPO BLOCO PARA VEDACAO, TIPO BAIANO; 06 FUROS; USO EM CONSTRUCAO, USO REVESTIDO; CONFORME CONFORME NBR15270-1;
28	10	UN	095.04.00004	CHAPA DE AÇO; EM AÇO CARBONO; MEDINDO 3000 MM X 1200 MM COM ESPESSURA DE 1/16.
29	30	UN	076.01.00014	CURVA 90 PVC 40 MM
30	20	PÇ	083.05.00044	CURVA 90 GRAUS DE AÇO GALVANIZADO; COM DIAMETRO DE 1"; TIPO PARA INSTALACAO APARENTE; CONEXAO DO TIPO ROSQUEAVEL; ANTICHAMAS;

				CONFORME NORMA VIGENTE
31	50	UN	002.09.00442	COLA TUBO PVC 175 GR
32	20	UN	037.02.00029	CARRIOLA (CARRINHO DE MÃO) COMPLETA (PNEU COM CAMARA) PROPRIA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL
33	50	UN	068.01.00059	Câmara de AR 3.25''x8 para Carrinho de Mão
34	30	UN	003.08.00055	CAIXA DE PASSAGEM 102X102X55 EM MATERIAL TERMOPLASTICO AUTO-EXTINGUIVEL, IP65, CONFORME NORMA NBR IEC60670-1, COR BRANCA OPACA, TAMPA CEGA, DUPLO ISOLAMENTO, PARAFUSOS 1/4 DE VOLTA.
35	20	UN	002.09.01829	COTOVELO DE PVC SOLDÁVEL 100MM 4".
36	500	SC	002.01.00005	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (CP II-F); COMPOSTO COM FILER; COM RESISTENCIA DE 32 MPA; FAIXA DE PORCENT. EM PESO DE CLINQUER+SULF.CALCIO 94-90%; C/ FAIXA DE PORCENTAGEM DE MATERIAL CARBONATICO DE 6-10%; EMBALAGEM EM SACOS; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE RESIDUO INSOLUVEL MENOR OU IGUAL A 2,5%; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE PERDA AO FOGO MENOR OU IGUAL A 6,5%; COM LIMITE DE PORCENTAGEM DE OXIDO DE MAGNESIO MENOR OU IGUAL A 6,5%; LIMITE DE PORCENTAGEM DE TRIOXIDO DE ENXOFRE MENOR OU IGUAL A 4%; LIMITE DE PORCENTAGEM DE ANIDRIDO CARBONICO MENOR OU IGUAL A 5%; COM LIMITE DE TEMPO DE FIM DE PEGA MENOR OU IGUAL A 10 HORAS; LIMITE DE EXPANSIBILIDADE A FRIO/QUENTE MENOR OU IGUAL A 5 MM; LIMITE DE TEMPO DE INICIO DE PEGA MAIOR OU IGUAL A 1 HORA; NORMATIZACAO CONFORME NBR 11578, EB-208, MB-1153, ETC, RESISTENCIA DE 32 MPA, SACO DE 50KG
37	300	SC	002.01.00006	CAL HIDRATADO; COMPOSTO DE CALCAREO TIPO CH-1; COM PLASTICIDADE MAIOR OU IGUAL A 110; ESPECIFICACAO DE ACORDO COM A NBR 7175, sc 20kg
38	400	UN	002.01.00015	CAL P/ PINTURA; COMPOSTO DE CARBONATO DE CALCIO; EMBALAGEM COM 8 KGS; CONFORME NBRS

				7175,9205,9206
39	60	UN	078.06.00004	DOBRADICA; DE AÇO; MEDINDO 3" X 2.1/2" (COMPRIMENTO X LARGURA); DEVENDO A DOBRADICA SER ENTREGUE COM ACABAMENTO CROMADO; 02 ABAS, CONTENDO 02 BUCHAS POLIAMIDA 6.6, 04 PARAFUSOS M6X8 (INOX) E UM PINO; COM 6 FUROS, 3 EM CADA ABA; DE ACORDO COM NORMA NBR 7178;
40	10	UN	002.08.01877	EXTENSÃO PARA TORNEIRA LONGA 3/4 CROMADO
41	50	UN	095.02.00017	FERRO MECÂNICO 1/2", BARRA DE 06 METROS
42	50	RL	084.01.00014	FITA ZEBRADA INDICADA PARA DEMARCAR, CODIFICAR E SINALIZAR SUPERFÍCIES E ÁREAS DE RISCO, ESPECIFICAÇÕES: LARGURA X COMPRIMENTO DA FITA ZEBRADA SEM ADESIVO: 70 MM X 200 M COR DA FITA ZEBRADA SEM ADESIVO: AMARELA E PRETO MATERIAL DA FITA ZEBRADA SEM ADESIVO POLIPROPILENO. DATA DE FABRICAÇÃO. VALIDADE MINIMA 24 MESES NO ATO DA ENTREGA.
43	50	UN	043.01.00033	FITA TEFLON PARA ROSCAS (VEDA ROSCA); TEFLON (POLITETRAFLUORETILENO); COMPRIMENTO DE 20M; COM LARGURA DE 18MM; P/SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA;
44	30	UN	002.03.00008	JOELHO 90 PVC 100 MM
45	50	UN	043.01.00028	JOELHO 90 GR DE PVC RIGIDO SOLDÁVEL, 25MM 3/4" AZUL
46	30	UN	043.01.00040	LUVA DE CORRER DE PVGC RÍGIDO, DIÂMETRO 1/2" COR MARRON
47	30	UN	043.06.00012	LUVA SOLDÁVEL 50 MM
48	30	UN	076.03.00002	LUVA AZUL SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 25 MM X 3/4"
49	30	UN	002.09.01518	LUVA DE PVC LISA DE 3/4

50	20	UN	002.09.00588	LUVA DE ESGOTO EM PVC 100 MM
51	500	UN	078.11.00005	LIXA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL; DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO COM COSTADO DE PANO; PARA METAIS E MADEIRAS; GRAO 220; PARA ACABAMENTO.
52	300	UN	002.09.00500	LIXA D'ÁGUA 100
53	50	UN	013.11.01866	LIMA; DE AÇO TEMPERADO; MEDINDO 8"; MODELO DE ENXADA
54	3.150	UN	002.09.00851	LAJOTA PARA LAJE
55	300	M	076.02.00007	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4
56	50	PÇ	002.07.00057	MADEIRITE ROSA EM PINUS, 6MM, 1,10MX 2,20M
57	500	UN	002.08.01874	PARAFUSO SEXTAVADO ROSCA INTEIRA.
58	500	UN	003.08.00025	PARAFUSO SOBERBA DE FIXAÇÃO
59	500	UN	078.03.00031	PARAFUSO OLHAL GANCHO ROSCA SOBERBA MEDINDO 6 X 60 mm
60	500	UN	002.09.01876	PARAFUSO DE CABEÇA CHATA; FENDA TIPO PHILIPS; TAMANHO (DIÂMETRO) DE 6 MM; COM BUCHA EM NYLON SEM ANEL
61	500	UN	078.03.00008	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILIPS 6.0 X 50 BICROMATIZADO
62	500	UN	078.03.00005	PARAFUSO CHIPBOARD CABEÇA CHATA PHILIPS 4.0 X 50 BICROMATIZADO
63	500	UN	078.06.00046	PARAFUSO PHILIPS 4.5X35MM COM BUCHA Nº6
64	30	UN	002.09.01720	Parafuso para vaso sanitário
65	500	PÇ	078.03.00030	PORCA SEXTAVADA 1/4" ZINCADA
66	100	KG	078.04.00007	PREGO COM CABEÇA; EM AÇO GALVANIZADO, COM CABEÇA CHATA; MEDINDO 17 X 21;

67	30	KG	078.04.00003	PREGO COM CABECA; EM ACO GALVANIZADO, COM CABECA CHATA; MEDINDO 14X21;
68	50	KG	078.04.00010	PREGO COM CABECA; EM FERRO; MEDINDO (18X24)
69	50	T	002.09.00810	PEDRA BRITADA TIPO RACHÃO
70	200	M3	002.10.00255	PEDRA BRITADA NUMERO 1/2, PARA SER UTILIZADA EM CONSTRUÇÃO, PONTIAGUDA, CONFORME NBR Nº 7217, FORNECIDO EM METRO CUBICO
71	200	T	002.09.01916	PEDRISCO
72	30	UN	068.01.00001	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO (CARRIOLA)
73	30	KG	002.01.00030	REJUNTE PARA REVESTIMENTO
74	15	UN	002.09.00189	SIFAO; DE POLIPROPILENO; ACABAMENTO NATURAL; DO TIPO FLEXIVEL E AJUSTAVEL; PARA LAVATORIO, CUBA OU TANQUE; COM BITOLA DE ENTRADA 1", 1 1/4" E 1 1/2", SAIDA DN 38, DN 40, DN 48 E DN 50, EXTENSIVEL (37 A 85 CM); DEVENDO SER ENTREGUE COM BUCHA DE REDUCAO
75	50	M	002.09.00138	SARRAFO DE CEDRINHO, SECAO 5X2,5 CM, COMP. 1 M, CORTE BRUTO NATURAL
76	20	UN	076.01.00020-5	TUBO GALVANIZADO (3")
77	10	BR	076.01.00012	TUBO DE PVC 50 MM - BARRA DE 06 METROS
78	30	BR	076.01.00010	TUBO PVC MR 1/2" - BARRA DE 06 METROS
79	30	BR	002.03.00006	TUBO DE PVC 100 MM - BARRA 06 METROS
80	10	UN	043.02.00007	TORNEIRA METAL RETA CANO LONGO 3/4"
81	10	UN	043.02.00005	TORNEIRA METAL RETA CANO CURTO 1/2"
82	10	UN	043.02.00006	TORNEIRA METAL RETA CANO CURTO 3/4"
83	10	UN	043.02.00009	TORNEIRA BRANCA PARA TANQUE CURTA 3/4"

84	30	UN	002.09.01011	TE ESGOTO PVC - 100 MM - 4"
85	30	UN	002.09.01910	TE 90 REDUÇÃO SOLDABEL 3/4X3/4 LR
86	30	UN	002.09.01886	TE SOLDABEL 50MM X 25 MM - 1.1/2" X 3/4"
87	300	UN	078.08.00004	TELA TIPO MALHA POP
88	5.000	UN	002.02.00002	TIJOLO MACICO CERAMICO PARA ALVENARIA; MEDINDO (5X10X20)CM=(AXLXC); TIPO COMUM, FABRICADO CONFORME NORMAS NBR/ABNT VIGENTES;
89	300	UN	002.05.00027	TRILHOS PARA LAJE COMP 1 METRO
90	150	UN	079.01.00008	TÁBUA DE PINUS PARA CAIXARIA, MEDIDA 30 CM 3 MTS
91	100	BR	095.02.00024	VIGA "U" 4" - CHAPA 14 - COMPR. 06 MTS
92	100	BR	048.01.00692	VIGA "U" 3" - CHAPA 14 - BARRA DE 06 MTS
93	300	UN	002.05.00034	FIXADOR PARA PINTURA A BASE DE CAL.
94	20	UN	095.04.00015	CHAPA EM AÇO CGQ 6,3X1200MMX3000MM 1/4

1.2. Prazo de vigência da contratação

A vigência do contrato é de 12 meses.

1.3. Natureza do objeto

1.3.1 A modalidade Registro de preço se faz necessária uma vez que não é possível estimar com precisão a quantidade de materiais a ser utilizada no período, já que trata-se de materiais de construção para reformas imprevisíveis, demandadas pelas diversas UGBs da Prefeitura. As reformas advem de muitos fatores, como sobrecarga de uso, inteméries do clima, acidentes e até mesmo pela antiguidade dos prédios, que podem exigir manutenções esparsas e imprevisíveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

6. Será adotado tratamento diferenciado à microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo o valor referencial superior à R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), terá cota para ME/EPP

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

6.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

8.1. Rotinas de fiscalização Contratual

8.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega dos materiais licitados;

8.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

8.1.3. O contrato deverá ser cumprido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.5. As entregas das matérias objetos do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.1.5.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.6. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios,

defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, § 1º).

8.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2º).

8.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, § 3º).

8.1.14. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.15. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.2. São obrigações da Contratante:

8.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega dos objetos licitados;

8.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

8.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

8.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

8.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos materiais, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, a qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

8.2.6. Com a finalidade de controlar e gerenciar o contrato, fica a servidor público municipal, Sra. André Rogério de Oliveira, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 26.152.409-4 SSP/SP e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 206.446.148-09, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

8.3. São obrigações da Contratada:

7.3.1. Fornecer o material licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

8.3.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

8.3.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

8.3.4. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre os materiais do presente certame.

8.3.5. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

8.3.6. Cumprir os prazos e horários de entrega dos materiais.

8.3.7. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.3.8. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento dos materiais:

9.1.1. No caso de controvérsia dos materiais, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação:

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5. Do Recebimento

8.6.1. A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**, utilizando do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. Habilitação jurídica

8.2.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

8.2.5. **Qualificação Técnica**

8.2.5.1. A Qualificação Técnica encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8.2.5.2. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

8.2.5.3. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

8.2.5.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

Fichas:

167 (3.3.90.30 – Material de Consumo)

Tarumã, 22 de Março de 2024.

Daniel Franco da Silva
Supervisor - Administração
Prefeitura Municipal de Tarumã